



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

ANEXO VIII

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO
AMBIENTE



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

PREFEITO:

CELSO ANTONIO ROMANO

SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE:

ESPEDITO AP. JORGE

ENG. AMBIENTAL:

ANA CAROLINA DE SOUSA

CHEFE DE SETOR:

ELIANA REGINA RASGALHIA



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

Segundo o artigo 1º da lei nº 9795 de 27/04/1997

Política Nacional de Educação Ambiental...

**“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos
quais o individuo e a coletividade constroem valores sociais,
conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para
a conservação do meio ambiente, bem de uso comum, essencial a
sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”**



1. APRESENTAÇÃO:

Apresentar o Plano Municipal de Educação Ambiental de Guariba, é estabelecer um processo de conscientização da visão moderna de desenvolvimento rumo à sustentabilidade.

Este Plano, em consonância com a Política Nacional, Estadual e Municipal de Educação Ambiental, visa apresentar para a sociedade local diretrizes e princípios que deverão nortear pelo menos pelo próximo decênio os envolvidos direta ou indiretamente com a área educacional.

O Plano tem por objetivo estabelecer um processo de Educação Ambiental com finalidade humanista, democrático e participativo.

Nesse sentido, o nosso Plano Municipal de Educação Ambiental visa inserir a “VARIÁVEL AMBIENTAL” nas agendas dos atores envolvidos nos órgãos públicos e privados do município.

Reconhecendo seu estado de permanente construção, este documento não é um produto finalizado, estático, pronto e acabado com determinações a serem seguidas rigidamente, obrigatoriamente, mas sim um processo aberto, vivo em continuo movimento.

Assim, todos os segmentos da sociedade de Guariba que trabalham com a educação ambiental, ou pretendem e sintam-se convidados para participar do desafio de desenhar em conjunto o destino da cidade, respeitando as diferenças e sistematicamente rever objetivos e estratégias e novos direcionamentos com vistas à busca de consenso entre todos os envolvidos rumo a uma sociedade sustentável.

Uma sociedade que na busca incessante de melhores destinos, através da luta por melhores condições de vida de seus cidadãos, encontre equilíbrio, limites entre trabalho, renda, melhoria de salários e o consumo de energia e matéria, elementos naturais, a essência da vida.



O Plano Municipal de Educação Ambiental, traz como proposta a integração entre todas as pessoas que sonham, acreditam vivenciam que a melhor ferramenta que dispomos é a Educação Ambiental para buscar o envolvimento de toda a população Guaribense em uma sociedade que se desenvolve calçada nos princípios da sustentabilidade.

2. MUNICÍPIO





3. INTRODUÇÃO

O município de Guariba como signatário do Programa Município VerdeAzul e atendendo as Diretivas deste programa, especialmente aquela que trata da Educação Ambiental e cumpre de forma exemplar o que é solicitado.

É importante ressaltar que as políticas públicas no município de **Guariba**, pautam-se nos conceitos de “CIDADE CERTIFICADA”. Para que uma cidade seja considerada educadora, quebrando paradigmas, invertendo o vetor de crescimento desordenado e haja reflexos em todas as variáveis que compõem o programa Município VerdeAzul e mantenha a certificação ela necessita promover e desenvolver o protagonismo de toda a população: crianças, jovens, adultos, idosos envolvidos na busca inquebrantável de um novo conceito, o direito à cidade sustentável. Direito a qualidade de vida.

Considerando os princípios da Carta da Terra (1992) e as proposições da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, a “Rio+10” (2002), que norteiam a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável dirigentes e educadores municipais, apoiados pelos poderes executivo e legislativo buscam de maneira incansável mudanças que irão permitir o avanço da sociedade **Guaribense** na busca de seus limites.

Portando, busca-se em **Guariba** implementar programas que contemplem os princípios preconizados por uma cidade CERTIFICADA VERDEAZUL, onde todos os seus programas e projetos são norteados em processos, meios e fins educacionais, pautados na ética e na responsabilidade.

O Município de Guariba está no PMVA desde 2009, a intenção visa implementar e desenvolver uma agenda ambiental municipal,



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

cuja ações, tendem a criar uma responsabilidade mútua, estimulando o desenvolvimento da competência gerencial nos municípios, além de promover a participação da sociedade na gestão.

As ações propostas pelo PMVA compõem as dez Diretivas norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Estrutura e Educação Ambiental, Município Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Uso do Solo e Conselho Ambiental.

Assim, o principal objetivo do PMVA é estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

O Município tem participação regular na ABARGRP (Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto). O Programa Educacional "Agronegócio na Escola" vem sendo desenvolvido desde 2001 na região de Ribeirão Preto. Inicialmente a parceria foi com a Secretaria Estadual de Educação, e desde 2008 passou a ser com os municípios, por meio de suas Secretarias ou Diretorias de Ensino, além de ETECs e FATECs, com atividades práticas que possibilitam um melhor entendimento sobre o setor, e o que ele representa para a região e para o país: economia, social e ambientalmente. Os alunos criam desenhos, frases, redações e projetos para a feira do conhecimento. Já os educadores podem participar do prêmio Professor, no qual são avaliados o trabalho didático aplicado e o envolvimento da comunidade escolar e do entorno. As escolas também são reconhecidas pelos trabalhos e desempenho de seus corpos discentes e docentes.

Os objetivos consistem em:

- Apresentar os conceitos fundamentais do agronegócio, a interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia regional e nacional;



- Tornar conhecidas as atividades agropecuárias e agroindustriais, para assim contribuir para que a sociedade conheça melhor a região;
- Mostrar a importância do associativismo e do cooperativismo;
- Conscientizar sobre a necessidade de proteção, conservação e preservação ambiental; e do manejo adequado dos recursos naturais;
- Ampliar o relacionamento das empresas com a comunidade do entorno;
- Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades profissionais que o setor oferece;
- Incentivar o desenvolvimento de competências e habilidades: escrita, leitura, manifestações artísticas e outras;
- Contribuir para a diminuição da evasão escolar;
- Melhorar a autoestima e as relações interpessoais.

Participação



Vencedor do Concurso de Redação :

1º Lugar: Revethria Carolina da Silva - 8º ano, EMEB Gino Bellodi, de Guariba "Geração de empregos com sustentabilidade".



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80



Vencedores do Prêmio Professores

1º Lugar: Samuel Gustavo Ortolani "Agronegócio e EPTV na Escola, uma união que dá resultados" EMEB Prof. Luiz Garavello, de Guariba.

2º Lugar: Cecília Fernanda Greggio Mariotto "Cana-de-açúcar 'nossa amiga' . Cultura sustentável e ecologicamente correta" EMEB Izabel Sadalla Grispino, de Guariba.



(Vencedores do Premio Escola EMEB PROF.LUIZ GARAVELLO)



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

Também tem participação no Programa de conscientização ambiental promovido pela Coplana em comemoração ao Dia Nacional do Campo Limpo.

A Coplana realiza, de 18 a 20 de agosto, um programa de conscientização ambiental em sua sede, em Guariba-SP. A iniciativa faz parte das atividades do Dia Nacional do Campo Limpo, comemorado no dia 18/08 e trata-se de uma promoção do Instituto Nacional de Embalagens Vazias (Inpev), junto às Centrais de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos.

O dia, criado em 2005 por iniciativa do Inpev, foi institucionalizado por meio da Lei nº 11.657/2008, cujo projeto foi elaborado pelo senador Jonas Pinheiro, falecido em fevereiro passado.

Participam do evento 23 Estados brasileiros. A Central da Coplana, em Guariba-SP, foi a primeira a ser instalada, em 1994, e seu projeto serviu de referência para a legislação sobre a destinação adequada e embalagens de defensivos. A Central também foi modelo para todas as outras do Brasil e diversas do exterior.

A Central da Coplana de Guariba tem uma programação de atividades voltadas para a educação ambiental tais como:

- a participação de estudantes de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, de escolas públicas e privadas da região;
- os estudantes recebem materiais informativos e visitam estandes com maquetes e demonstrações práticas. No estande da Cooperativa, recebem informações sobre coleta seletiva, conhecem materiais já reciclados com origem nas embalagens de defensivos e conhecem uma maquete natural de Área de Proteção Permanente, que ensina a recuperação dessas áreas.
- ver o uso de agrotóxicos num sistema de 15 ou 20 anos atrás e como é atualmente, com o uso de EPIs



(Equipamentos de Proteção Individual). São utilizados água e bonecos em tamanho real para a simulação.

- A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Secretaria de Agricultura do Estado) com simulador de erosão e modelos de fossa séptica que, no campo, evitam a contaminação do lençol freático.
- Palestra do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar Ambiental que expõe equipamentos e fala sobre.
- Distribuição de mudas nativas da mata atlântica e árvores frutíferas.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental, entendida como aquela que tem por objetivo atingir todos os cidadãos através de um processo pedagógico participativo permanente de forma a estabelecer uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo sua origem e a evolução de problemas ambientais. A preocupação com os limites do crescimento data da década de 60, anunciando os riscos da degradação do meio ambiente.

O Relatório Meados produzido em 1971 e patrocinado pelo Clube de Roma, que propunha o crescimento econômico zero, foi intensamente discutido na Conferência de Estocolmo. O modelo do Clube de Roma analisava cinco variáveis: tecnologia, população, nutrição, recurso natural e meio ambiente. O estudo "Limites do Crescimento" provocou muitas críticas, mas é através dele que pela primeira vez, a noção de limites externos se tornou pública. Esta noção contribuiu para que o mundo começasse a repensar o desenvolvimento.

O relatório recomendava através de estatísticas e simulações a necessidade de limitar o crescimento econômico mundial no sentido de evitar uma catástrofe ambiental no mundo. Neste relatório, o crescimento é apontado de forma diferenciada nos diferentes países.



Apresentado e discutido, o relatório, na Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972), marca o início de uma visão ética e a inserção de outros valores, entre eles a solidariedade.

Logo após a Conferência de Estocolmo, em 1973, a crise do Petróleo foi anunciada, e passa a ser um alerta para o mundo quanto ao uso dos recursos não renováveis neste modelo de crescimento.

No contexto dessa discussão surgiu o conceito eco desenvolvimento, que foi concebido, originariamente, para se adaptar às áreas rurais do Terceiro Mundo e passou a ser considerado, em meados da década de 1970, como aplicável também às cidades.

Assim, a idéia era de que o desenvolvimento para o Terceiro Mundo deveria se dar de forma diferente, mediante as conseqüências que vinham se dando no Norte.

O eco desenvolvimento foi apresentado pela primeira vez em 1973, por Maurice Strong, secretário – geral da Conferência de Estocolmo com o propósito de orientar o desenvolvimento de forma a observar os aspectos ecológicos.

Assim, na concepção de Ignacy Sachs, o eco desenvolvimento se integrava com outros aspectos não estritamente ambientais para definir um verdadeiro desenvolvimento.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, criado em 1972, como resultado da Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1974, promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. Em 1975, na Conferência de Belgrado, surgiu o Tratado de Educação Ambiental com diretrizes e referências conceituais para que a Educação Ambiental propiciasse uma reflexão crítica do desenvolvimento e não uma apropriação inadequada dos recursos naturais. Mas foi em 1977, na Conferência de Tibilise, realizada na Geórgia, onde a Educação Ambiental é apresentada como um instrumento importante para sensibilização e conscientização de todos a respeito das questões ambientais. Em 1983, foi criada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento com a finalidade de avaliar os problemas ambientais do mundo. Este



relatório apresenta um estudo detalhado dos graves problemas mundiais, de ordem econômica, social e ambiental, onde o desenvolvimento sustentável aparece como fórmula de solução.

E foi esta Comissão, em 1987, que apresentou ao mundo o Relatório Brundtland, mais conhecido como “Nosso Futuro Comum” lançando o conceito do desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.”

Nesse sentido, nos termos do Relatório Brundtland, a sustentabilidade se acopla a um novo padrão de crescimento econômico que deve ser garantido, onde o desenvolvimento sustentável seria uma correção do crescimento, de forma a torná-lo menos intensivo de matérias-primas e mais eqüitativo para todos.

Em 1981, foi promulgada a Lei 6938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente que criou um arcabouço institucional federal como a Secretaria de Meio Ambiente vinculada à Presidência da República que institucionaliza a educação ambiental. Seguindo este caminho, a Constituição de 1988, no Capítulo VI, artigo 225, obriga a promoção da Educação Ambiental, pelo poder público, em todos os níveis de ensino.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o Desenvolvimento Sustentável foi consagrado como uma diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global. Para a concretização destes novos anseios, esta Conferência aprovou a Agenda 21, documento com mais de 2.500 recomendações práticas, contendo uma série de compromissos acordados pelos países signatários, que assumiram o compromisso de internalizar, em suas políticas públicas, princípios e estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A partir da Rio-92, os países signatários assumiram a responsabilidade de promover processos de construção das agendas nacionais e locais. Em 1997, o governo brasileiro criou a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável-CPDS, constituída por



representantes do governo federal e de diferentes setores da sociedade, com a incumbência de conduzir o processo de construção da Agenda 21 Brasileira.

Os trabalhos da CPDS resultaram em dois documentos: Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias e Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional. O primeiro estabeleceu 21 propostas ou desafios a serem enfrentados pela sociedade brasileira sobre temas como economia da poupança na sociedade do conhecimento, inclusão social por uma sociedade solidária, estratégia para a sustentabilidade urbana e rural, recursos naturais estratégicos, como água, biodiversidade e florestas, governança e ética para a promoção da sustentabilidade.

Já o segundo documento consistiu numa consulta realizada em todo o território nacional, através de um processo de discussões com a sociedade por meio de reuniões precedidas por encontros de sensibilização promovidos pelas secretarias estaduais de meio ambiente. Em 2002 foi lançada a Agenda 21 Brasileira, que resultou da composição dos dois documentos citados. Constata-se que os compromissos da Agenda 21 estabelece um diálogo com a Educação Ambiental.

Na Rio-92, foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que apresenta educação ambiental como um dos instrumentos estratégicos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade. Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, o conceito de sustentabilidade vem ganhando inúmeras dimensões. No Brasil, a Agenda 21 Brasileira lança a sustentabilidade ampliada, que “promove o encontro político necessário entre a agenda estritamente ambiental e a agenda social, ao afirmar que não se pode dissociar os fatores sociais dos ambientais.

Diversas organizações elaboraram, durante uma semana de discussões, e aprovaram o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, visando orientar as ações da sociedade civil organizada nos anos seguintes a Rio-92.



Este Tratado enfatiza que a Educação Ambiental é um processo de permanente construção para a busca das sociedades sustentáveis e eqüitativas. Analisa a crise global de valores e a necessidade de transformações humanas e sociais para a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, capazes de manter entre si relações de interdependência respeitando as diversidades culturais. Para isto são necessários que sejam assumidos compromissos e responsabilidades individuais e coletivas, tanto nos níveis locais como nos planetários.

O Plano Municipal de Educação Ambiental propõe integrar todas as pessoas e entidades que atuam em Educação Ambiental visando buscar o envolvimento de toda a população na construção de uma sociedade calcada nos princípios da sustentabilidade.

5. OBJETIVOS

Promover um processo de educação ambiental na cidade de **Guariba** para que contribua na construção de sociedade sustentável, justa e comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população.

6. DIRETRIZES / PRINCÍPIOS/ PREOCUPAÇÕES:

No Plano Municipal de Educação Ambiental, foram adotados as mesmas diretrizes e princípios que norteiam o Programa Nacional:

Diretrizes:

- o desenvolvimento de programas permanentes;
- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- que os programas também sejam ecléticos;



- o pluralismo e diversidade de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
 - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo e emancipatório
 - a vinculação entre ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
 - o reconhecimento e o respeito à pluralidade;
 - a formação de Agentes Multiplicadores;
-
- a valorização da troca de experiências, capacitação e criatividade com transferência de metodologia;
 - a constante produção e divulgação de material educativo via impressa e multimídia;

Princípios:

- trabalhar a realidade local;
- concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência e integração entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- oportunizar conhecimentos sobre recursos naturais;
- avaliação crítica do processo educativo contínua;
- abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e global; diversidade cultural, ética e racial.

Preocupações:

- urbanização;
- crescimento econômico;
- agricultura;
- sociedade consumo;



- a perda de qualidade ambiental em diversas partes do planeta terra.

PÚBLICOS ALVO:

- Professores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- Estudantes de todos os níveis e modalidades de ensino;
- Gestores, do governo ou da sociedade civil;
- Membros dos poderes legislativo e judiciário;
- Servidores e funcionários de entidades pública, privadas e não-governamental;
- Mídia, comunicadores e artistas;
- Grupos em condições de vulnerabilidade social e ambiental
- Empresas;
- Agentes comunitários e de saúde;
- Lideranças civis e religiosas de comunidades rurais e urbanas;
- Grupos voluntários;
- Comunidade científica;
- Melhor Idade;
- Profissionais liberais.

9. ESTRATÉGIAS E MEIOS DE AÇÃO:

O Programa Municipal de Educação Ambiental de **Guariba** possui estratégias e meios de ação, de maneira a estabelecer um processo educativo na sociedade que deverá promover o equilíbrio, estabelecer os limites do desenvolvimento, geração de empregos, renda, salários e a interface com a variável ambiental, a recomposição ambiental e consequente melhoria da qualidade de vida da população. Assim, para o avanço do Programa Municipal de Educação Ambiental, foram divididas em seis as estratégias para envolver as questões socioambientais e podem ser reunidas nos seguintes temas: 1º Município Sustentável; 2º Estrutura e Educação Ambiental; 3º Conselho Ambiental; 4º Biodiversidade; 5º Gestão das Águas; 6º Qualidade do Ar; 7º Uso do Solo, 8º Arborização Urbana; 9º



Esgoto Tratado; 10º Resíduos Sólidos. Estas divisões incorporam as Diretivas do Programa Município VERDEAZUL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL BASEADA NO PLANEJAMENTO AMBIENTAL INTEGRADO

9.1 Projetos que proporcionem integrar os diferentes atores e setores de órgãos municipais, estaduais e instituições, provocando a transversalidade das teses socioambientais facilitando a capilaridade da educação ambiental no município.

- Integrar programas, projetos e ações desenvolvidas no município para desenvolvimento dos princípios de sustentabilidade do município de Guariba profundamente articulada com a sociedade **Guaribense**.

- Envolver a sociedade local em ações de sensibilização e mobilização para o respeito, cuidado e prazer com o elemento natural em que vivem tornando-os simpáticos, protetores e principalmente amigos do meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES DAS POLÍTICAS DO PLANO DE GOVERNO.

- Envolver através da Educação Ambiental as secretarias, departamentos municipais etc, por intermédio de agentes multiplicadores provocando o processo das A3P.

- Promover hábitos de economia entre os servidores visando reduzir o consumo de energia, água, papel e descartáveis.

- Promover a recomposição da vegetação nas áreas urbanas envolvendo os alunos para o plantio interno e do entorno das escolas tornando-os como cidadão atuante capaz de interferir em seu meio em que vivem.

- Promover visitas dos Guaribenses às árvores centenárias, porte e excentricidade existentes no município de Guariba.

ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



- Utilizar os espaços públicos, parques municipais, praças entre outros para ações de ensino coletivo.
- Fomentar o roteiro ecológico aos alunos visando um real conhecimento do meio ambiente urbano e rural.
- Informar por meio de visita monitorada à sociedade o processo de tratamento e distribuição da água consumida na cidade de Guariba.
- Propiciar formação à sociedade uma reflexão dos recursos hídricos e a necessidade da preservação e uso racional destes recursos;
- Visitas monitoradas para os alunos de forma a trabalhar temas relacionados á água, esgoto, lixo, flora e fauna etc.
- Promover o envolvimento dos jovens universitários em ações socioambientais educativas e de preservação dos nossos recursos naturais incorporando esses conceitos para sua vida.

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

Promover a formação continuada aos diretores, coordenadores pedagógicos professores da rede municipal visando a educação para a Sustentabilidade, instrumentalizar os professores da rede de ensino municipal para a elaboração de projetos pedagógicos interdisciplinares com temática ambiental em suas unidades escolares.

Produção de material técnico-pedagógico.

COMUNICAÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Promover campanhas de Educação Ambiental, nos meios locais de comunicação, com temas tais como: uso sustentável dos recursos naturais, combate às queimadas, poluição do ar, arborização urbana, coleta seletiva de lixo, combate ao desperdício de água e energia, consumo consciente, visita às nascentes etc.

- Oficial de datas alusivas ao Meio Ambiente.



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

- Ampliar por meio do site da prefeitura os projetos ambientais realizados, dados ambientais como também textos científicos de forma a subsidiar o debate ambiental na cidade.
- Estabelecer um processo educativo para a comunidade sobre os cuidados com o ambiente de forma a prevenir doenças, tais como a dengue, leptospirose.
- Divulgar ações de Educação Ambiental para o Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Apoiar e estimular a criação de Conselhos Jovens de Meio Ambiente no Município para a realização de ações de Educação Ambiental nas escolas públicas e particulares e outros espaços;
- Promover debates, fóruns, conferências, seminários e outros de forma a envolver todos os atores sociais de **Guariba**.
- Participar de organizações para dialogar a política de educação ambiental brasileira e o papel dos governos locais na sua execução como também desenvolver a cooperação e intercâmbio de informações entre os municípios.
- Informar sobre as ações realizadas no país, no estado e no município para o controle do uso de madeira nativa, com o objetivo de diminuir o comércio ilegal da madeira da Amazônia e promover seu consumo responsável.

ANÁLISE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLITICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Apoiar a construção e a divulgação de indicadores que subsidiem a avaliação dos resultados esperados de Educação Ambiental e do Programa Municipal;
- Incentivar e realizar diagnósticos socioambientais no município;
- Avaliar as iniciativas de Educação Ambiental quanto às ações que contemplem as causas e não aos efeitos;
- Elaborar relatórios periódicos como forma de documentar os trabalhos realizados e de comunicar os resultados obtidos.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 48.664.304/0001-80

A execução da Política Municipal de Educação Ambiental está a cargo dos órgãos municipais de Educação e Meio Ambiente entidades integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, e entidades não-governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Por sua vez, a coordenação da Política Municipal de Educação Ambiental está a cargo do Órgão Gestor, constituído por representante da Secretaria de Educação e Secretaria e ou Departamento de Meio Ambiente.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM ALUNOS E COMUNIDADE.

Construção de horta nas escolas e creches.





Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80





Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80





RECUPERAÇÃO DE NASCENTES

Conferencia escolar sobre o meio ambiente os alunos foram in loco conhecer a nascente modelo e realizar uma limpeza na mesma.

Com o objetivo de mostrar a importância da preservação e recuperação das nascentes. Eles aprenderam sobre estratégias de preservação das nascentes, plantio de árvores nativas, controle da erosão do solo por meio de estruturas físicas e barreiras vegetais de contenção, minimização da poluição e como deve ser uma nascente ideal do ponto de preservação ambiental.

Os alunos também foram informados que essa nascente precisa ser mais protegida, o que minimizará o impacto antrópico sobre ela. As orientações foram disseminadas pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente juntamente com a SABESP.

Dentre as ações desenvolvidas no dia da visita realizada estão:

- Limpeza do local, retirando todo o lixo.
- Conservação e recuperação do local.
- Plantio de mudas nativas em torno da nascente.



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

- Conscientização do local com placas confeccionadas pelos alunos e serão feitas visitas periódicas na nascente.

A comunidade que vive no entorno também será mobilizada para realizar visitas na nascente, com o intuito de formar cidadãos mais conscientes e que preservam o meio ambiente como um todo.

A Nascente Modelo Municipal de Guariba/SP está localizada em uma Praça, que fica na Av. Amadeu Mazzi – Jardim Irajá, suas coordenadas geográficas são Lat. -21.354327 e Long. -48.222187.





Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80





Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80





Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 48.664.304/0001-80

BIBLIOGRAFIA

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1992, Rio de Janeiro. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997. 585 p.